

Aula 16

EM NOME DA CIVILIZAÇÃO CRISTÃ

META

Demonstrar como havia uma relação íntima entre os objetivos do português colonizador e dos jesuítas.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: saber que o objetivo do Estado português e das missões jesuítas em Sergipe era a colonização do espaço entre o Rio Real e o São Francisco.

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado o conteúdo da lição “A ‘praticidade’ e o ‘despertar’ do português”.

Antônio Lindvaldo Sousa

INTRODUÇÃO

“Esta Capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e Bahia para os quais vai muito gado, assim para comer como para serviço; criam-se nestes pastos muitos bois, éguas e bons cavalos, que do Brasil são os melhores”.

Caro aluno ou querida aluna: o enunciado acima alardeia a existência de bons currais em Sergipe, favorecendo os engenhos e fazenda de Pernambuco e Bahia.

No lugar das aldeias indígenas e da economia da caça e pesca, cria-se gado a serviço da produção açucareira.

Será verdade, então, que o território sergipano passa a ser “currais dos portugueses”, uma espécie de área secundária de apoio à produção de açúcar?



Engenho de cana de açúcar (Fonte: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br>).

CONQUISTA DE SERGIPE

Caro aluno ou querida aluna: você algum dia notou a existência das dobradiças de sua casa? Elas cumprem um papel importante, facilitando o abrir e fechar das portas ou das janelas, independentemente de você notar ou não a existência delas.

Imagine a “dobradiça” como uma metáfora a nos ajudar a compreender a conquista e a ocupação do solo sergipano por parte do “colonizador”.

Tal associação foi feita pela pesquisadora Lilian da Fonseca Salomão, em *A lenta penetração portuguesa no Brasil: o caso de Sergipe D’el Rey, território marginal*. “Durante muito tempo”, – escreveu a autora – “Sergipe permaneceu uma espécie de dobradiça entre duas capitânicas importantes,

Bahia e Pernambuco. Os rebanhos baianos utilizavam esse espaço para pastar e deslocar-se”.(Salomão, 1996, p. 111).

Você deve estar com inúmeros questionamentos, após citarmos esta frase da pesquisadora Salomão. Deve estar perguntando: Sergipe, um espaço de pasto e de deslocamento para os criadores de gado da Bahia?! A “dobradiça” Sergipe seria um ponto de apoio das províncias da Bahia e Pernambuco?

Salomão, possivelmente, encontrou sentido na metáfora “dobradiça”, baseando-se nos seguintes autores: Felisbello Freire, Felte Bezerra, Ávila A. Lima, Capistrano de Abreu, Rocha S. Pita, Pedro Calmon, Antonil Andre João, entre outros. Todos estes pesquisadores possibilitaram à autora entender o território sergipano como um ponto de apoio das províncias da Bahia e Pernambuco. Capistrano de Abreu, por exemplo, referiu-se a Sergipe como área de passagem que facilitava “o transporte dos rebanhos do vale baiano do rio São Francisco para o Recôncavo”.(Abreu, 1976, p.15).

Desde a segunda metade do século XVI e no decorrer do século XVII, processou-se a ocupação do território entre o Rio Real e o São Francisco, num desencadeamento de conquista, posse e povoamento do solo baiano. Segundo Nunes, antes de 1575 um intuito de ocupar as terras ao norte da Bahia já se fazia presente.

Através de doação de sesmarias. “Extravasando do Recôncavo Baiano”, - prossegue Nunes- a expansão baiana caminhou em busca do Rio Real com a doação, em 1563, a Tomé de Souza, de oito léguas por costa e cinco para o sertão, terra depois vendida a Gárcia d’Avila”(Nunes, 1996,p. 15).

Ainda segundo Nunes, as cartas de sesmarias atestam que a colonização de Sergipe foi uma vitória dos latifundiários baianos. Para esta autora, o potentado dono dos maiores rebanhos da Colônia, Garcia D’Avila, concedeu todo o apoio necessário à expedição que ocorreria em 1590, dirigida por Cristóvão de Barros, onde se desencadeou a guerra contra os nossos primeiros habitantes.

GARCIA D ÁVILA.

Vejam os textos abaixo que nos ajudarão a entender quem foi o primeiro “curraleiro” do século XVI.

[“Nascera Garcia em S. Pedro de Rattes, de onde também viera Tomé de Sousa, e parece certo que seu nome antes seria Garcia, “o da vila”, uma alcunha, portanto, e não sobrenome.

(...)

Em 1552 Garcia d’Avila torna-se um senhor das terras: recebe o começo do feudo da família, uma sesmaria e duas léguas de terra em Itapoá, onde logo instala um curral de vacas.

(...)

Enriquece rápido, Garcia, seja com o gado ou com a sinecura na alfândega. Em 1563 Tomé de Sousa – sempre Tomé de Sousa é seu grande protetor – transfere em definitivo para Garcia Davilla a sesmaria de seis léguas de litoral e quatorze de fundo que havia sido doado por D. João III ao conde da Casanheira, seu valido (E Garcia já ocupava como arrendatário, desde 1559). Nessa sesmaria acha-se a praia do Forte de hoje, na Costa Verde do Nordeste brasileiro. Ou a enseada de Tatuapara – tatupará, mar das tartarugas – onde vai ser construída a Torre de Tatuapara, e depois a Casa da Torre, cujas ruínas são o “forte” da praia dos turistas de hoje”.

Garcia foi o maior desbravador de terras no final do século XVI. As suas propriedades se estendiam do rio Itapicuru, no norte, ao rio Jacuípe, no Sul. Em atuapara, citada no texto acima, foi erguida a Casa da Torre, em 1550, logo após ele ter destruído várias aldeias indígenas ao Norte de Salvador. Sete anos depois, já era o homem mais poderoso da Bahia. A partir da Casa da Torre, administrou seus bens, o grande rebanho de gado criado à extensiva, enquanto arrendava sítios a terceiros. Possuía um considerável número de “guerreiros” – mestiços e índios cooptados - e armas, com o objetivo de defender suas propriedades e auxiliar no ataque de novas aldeias indígenas, adquirindo novas terras.(Calmon, op cit).

A busca por terras de boas pastagens levaria Garcia a apoiar uma guerra em 1590, liderada por Cristóvão de Barros, conforme enunciamos acima, contra os gentios do Rio Real.

Neste ponto eu faço uma pergunta: esse projeto de guerra ao gentil de Sergipe, não faria oposição aos trabalhos de catequese iniciados por Lourenço, em 1575?

Existiram muitos atritos entre Garcia e os jesuítas nas décadas de 60 e 70 do século XVI. O famoso potentado da Casa da Torre, inicialmente tinha boas relações com os jesuítas. Contudo, as intrigas começaram a surgir entre eles, com a exacerbação da cobiça pelas terras do Rio Real até o São Francisco, necessitando expandir a área de pastagem para o gado. Na década de 1570, a oposição se tornou maior. O “curraleiro” fazia pressão ao governador Luis de Brito para barrar as missões naquela localidade e promover, o mais rápido que pudesse, a conquista violenta de Sergipe.

Contudo, apesar da oposição, Garcia compartilhava muita coisa em comum com os jesuítas.

Você deve estar perguntando: o que haveria de comum entre eles?

Para compreender tal questão devemos situar Garcia em seu tempo, na cultura em que ele fazia parte.



Chegada de Grácia D'avila (Fonte:[http:// www.casada-torre.org.br](http://www.casada-torre.org.br)).

EM NOME DA CRUZ E A ESPADA

De acordo com Oscar Beozzo, na cobiça, na busca do enriquecimento, o europeu colonizou e cristianizou o “outro”. Diz Beozzo:

A chamada conquista espiritual foi sempre o reverso da medalha da conquista cruenta e destruidora, apoiada na cobiça do ouro e no desejo de fazer do índio a mão-de-obra servil nas fazendas, engenhos e minas. (Beozzo, 1986, p. 105)

A citação acima parece nos fazer um convite a recordar algumas lições anteriores. É importante nesta etapa deste texto você cruzar as diversas informações que já temos sobre o que estava ocorrendo nas terras entre o Rio Real e o São Francisco nas décadas de 70, 80 e 90 do século XVI.

Comece pela passagem dos jesuítas em Sergipe.

Os missionários jesuítas, tendo à frente Lourenço, penetravam no território sergipano edificando igrejas, ensinando o catecismo, batizando, fazendo pregações em várias aldeias indígenas. Os jesuítas conquistavam as tribos de forma bem articulada, planejada e, sobretudo, com muita praticidade. Não dava tempo visitar todas as aldeias, batizar todos os índios, construir várias igrejas. Lourenço foi escolhido porque já tinha tempo de missão nas aldeias da Bahia já que em Sergipe teria um tempo mínimo para levar o evangelho aos considerados “bárbaros”, amansá-los e torná-los cristãos. Um senso utilitário perpassava todo o método dos missionários de Loyola para levar à civilização cristã, do Rio Real até o São Francisco. Sendo um missionário famoso em “línguas”, facilitador das comunicações entre o “cristão” – pregador – e o considerado pagão, Lourenço ocupava o solo dos índios, tornando-os parte do domínio português.

O texto abaixo será importante para auxiliar você na reflexão que estamos fazendo sobre o “senso utilitário” dos jesuítas sobre a natureza.

“... os primeiros jesuítas captaram a natureza na relação direta da necessidade que a existência terrena o exigia. Um mundo natural, onde tudo era útil, onde tudo poderia ser convertido em prol da necessidade humana, sintetiza a concepção da natureza feita por uma cultura influenciada pelo cristianismo.

Marcada pela predominância do pensamento judaico-cristão que se sobrepôs ao pensamento helênico e humanista, a natureza é vista como produto da criação divina, criada para os seres humanos. A natureza por si só nada era, quem lhe confere significado é o homem, que



Cruz e espada (Fonte: <http://vadio31.spaces.live.com>).

necessita dos produtos naturais para a sua sobrevivência.(Assunção, 2000, p. 263-4).

A idéia de que Deus criou a natureza e dela tudo pode ser extraído para as necessidades humanas fazia parte também do ideário dos colonizadores – criadores de gado, aventureiros de toda espécie, soldados e autoridades administrativas. O colono sentia-se no direito de devastar a mata, pescar e aprisionar animais, inclusive o índio como parte dessa conquista, percebendo-o como um animal que poderia auxiliar no trabalho de conquista da própria natureza. A escravização indígena e a destruição da natureza faziam parte do desejo de lucro imediato e do aumento de poder dos colonizadores.

UM CATOLICISMO GUERREIRO

O colonizador que chega ao Brasil e depois ocupa as terras do Rio Real ao São Francisco é homem de formação católica. O catolicismo esteve profundamente arraigado na sociedade portuguesa quando os conquistadores iniciaram a colonização do Brasil. Esse catolicismo era transmitido por tradição, dos adultos às crianças, ia passando de geração a geração. Não se apresentava preferencialmente em forma de doutrina e nem de forma sistemática como faziam os jesuítas, influenciados pelo Concílio de Trento, ao tentar ensinar aos índios e aos novos moradores da colônia modos de ser cristão.

A crença era transmitida através de episódios da história da vida de santos, onde se confundiam fatos históricos e lendários. Os santos guerreiros faziam muito sucesso entre os portugueses, como também os santos que simbolizavam as festas e as penitências. Segundo Riolando Azzi, nas manifestações religiosas portuguesas conjugavam-se a dor (penitencial) e a alegria (festivo). O caráter festivo prevalecia no ciclo de várias celebrações: de natal, de São João, do Espírito Santo e dos santos protetores. O aspecto penitencial e doloroso ocorria principalmente nas comemorações da Semana Santa.

A devoção a Maria e aos santos era bastante valorizada entre os portugueses. Para Azzi, essa devoção “ocupava um lugar privilegiado na piedade lusitana e essa mesma tônica passa a caracterizar a primeira etapa da história colonial baiana.(Azzi, 2001,p.49-50). O rosário andava pendurado no pescoço dos portugueses, o nome de Maria era citado no dia-a-dia. Batizavam-se muitas mulheres com o nome de Maria, ou lugares, para pedir proteção. O nome da mãe de Jesus era usado contra os perigos e para proteção de tudo, da dor de dente, ao perigo do mar.

Assim também se fazia com o nome dos santos e anjos. Considerados amigos e intercessores junto de Deus, eles ocupavam um papel de destaque,

um protetor lado a lado deles na fase das guerras e conquistas de lugares. Recorremos mais uma vez a Azzi para apreciarmos como os portugueses tinham apego aos santos guerreiros.

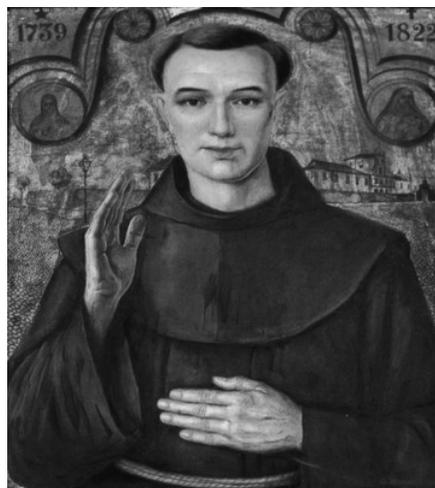
A formação histórica do reino português, resultante de guerras, tanto contra os espanhóis como contra os árabes instalados na península ibérica, fez com que o catolicismo colonial assumisse uma conotação bélica, como bem ressaltou Eduardo Hoornaert.

Como consequência, foram muito prestigiados desde as primeiras décadas de presença portuguesa na Bahia os santos aos quais a tradição católica atribuía algum elemento militar. Essas festas eram, em geral, promovidas sob o incentivo da Coroa. Merecem destaque São Jorge, São Thiago, São Sebastião, São Miguel e até Santo Antônio. (...)

Até mesmo Santo Antônio foi considerado durante o período colonial como um santo militarizado, encarregado principalmente de ajudar os soldados na captura dos escravos fugidos.

Já em 1550, o donatário de Porto Seguro, Pero do Campo Tourinho, teve que responder junto ao Tribunal da Inquisição em Lisboa sobre a acusação de ter afirmado que se negaria a prestar culto a Santo Antônio antes de recaptura dos escravos fugidos. “Perguntado se dissera alguma hora que não havia de por candeias a Santo Antônio, nem lhe dar esmola, antes lhe havia de tirar a imagem dele do altar por lhe fazer fugir os seus escravos, disse que nunca tal dissera”

Essa concepção de Santo Antônio como capitão do mato foi muito difundida entre os senhores do engenho (Azzi, op cit).



Santo Antonio (Fonte: <http://grandessantos.blogspot.com>).

Em nome da cruz (e dos santos e dos anjos) os portugueses invadiram o sertão do Brasil, destruíram as aldeias dos índios do Rio Real ao São Francisco. Eles lamentaram também a morte de muitos soldados nesses conflitos, mas, de igual forma, cantaram vitórias, fizeram festas e comemoraram os seus santos.

Certamente tal comemoração foi feita na conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros e por um dos mais interessados, Garcia d'Avilla.

Você sabe qual o nome do lugar fundado por Cristóvão de Barros, logo após a guerra ao gentio de Sergipe, em 1590? São Cristóvão! Possivelmente em homenagem ao santo protetor do conquistador que possuía o mesmo nome.

Perguntemos também: qual o nome da padroeira de São Cristóvão?

Em agradecimento ao término da guerra e à vitória dos portugueses

sobre os índios, a padroeira do primeiro núcleo de povoamento passou a ser “Nossa Senhora da Vitória”.

O colonizador europeu, comandante da guerra ou latifundiário, agia imerso na sua cultura, em seu tempo.

Voltemos a uma das perguntas acima elaboradas: o que havia de comum entre Garcia e os Jesuítas?

Ambos eram colonizadores. Tanto um como outro, utilizaram um código religioso quase semelhante como esteio de seus projetos.

Não é possível rotular Garcia como um cruel sanguinário matador de índios, sem situá-lo no seu tempo e, principalmente, em sua cultura. Há sentido no domínio das terras e captura de índios como escravos no mundo em que ele se encontrava. O fazendeiro se considerava como um ser superior à natureza, aí incluindo os índios e, naturalmente, percebia, de igual forma, que para a civilização cristã começar deveria devastar a natureza.



ATIVIDADES

Leia pelo menos um dos dois livros indicados abaixo:

CALMON, Pedro. História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros. s. l.: Livraria José Olympio Editora, 1958.

DORIA, Francisco Antonio. Caramuru e Catarina: lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CONCLUSÃO

Ambos eram colonizadores. Tanto um como outro, utilizaram um código religioso quase semelhante como esteio dos seus projetos.

Não é possível rotular Garcia como um cruel sanguinário matador de índios, sem situá-lo no seu tempo e principalmente sua cultura. Há sentido o domínio das terras e captura de índios como escravos no mundo em que ele se encontrava. O fazendeiro se considerava como superior à natureza, aí incluindo os índios e, naturalmente, percebia, de igual forma, que para a civilização cristã começar deveria devastar a natureza.

Embora com motivações diferentes - o português, conquistar terras para a Coroa; o jesuíta, ganhar as almas dos índios para Deus - os dois tinham algo em comum nas suas missões: a conquista e colonização do território situado entre os dois rios, onde se encontra hoje o Estado de Sergipe.



RESUMO

Caro aluno ou querida aluna: nós acompanhamos nesta aula as visões de vários historiadores, que situam Sergipe apenas como um território de passagem entre os estados da Bahia e de Pernambuco. Acompanhamos a ação de conquista do desbravador Garcia d'Ávila, bem como suas divergências e ligações com os jesuítas. A saga expansionista de d'Ávila levou-o a unir-se com o conquistador Cristóvão de Barros, em 1590, na célebre batalha que culminou com a conquista definitiva do território sergipano. Acompanhamos o universo cultural do português, com a sua robusta formação religiosa, o que nos força a refletir acerca dos valores morais e éticos envolvidos. Com certeza, você já não pode mais simplesmente condenar ou absolver jesuítas ou portugueses. Apenas os índios, ao que se apresenta, é que foram mesmo as vítimas. Mas, ainda temos muita história pela frente!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1976.
- ALMEIDA PRADO, João Fernando de. **A Bahia e as Capitânicas do centro do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 1945.
- ASSUNÇÃO, Paula de. **A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)**. São Paulo: Annablume, 2000. p. 263-264.
- AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador**. A Igreja Católica na Bahia (1551-2001) - Período colonial. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 49-50.
- CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. s. l.: Livraria José Olympio Editora, 1958.
- DANTAS, Beatriz Góis. Índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana maria de Faro Leal. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Aracaju: Banese, 1991.
- DORIA, Francisco Antonio. **Caramuru e Catarina: lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- Livro em que dá Razão do Estado do Brasil no governo do Norte assim como o teve Dom Diogo de Menezes e Sá até o ano de 1612. Sgto-mor Diogo de Campos Moreno. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. São Cristóvão: Editora da UFS/Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

_____. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
SALOMÃO, Liliam da Fonseca. **A lenta penetração protuguesa no Brasil**. O caso de Sergipe d'El Rey, território marginal. Cadernos UFS-História. São Cristóvão: DHI/PDPH/EDUFS, 1996. p. 105-115.